

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Candidatos de oposição acertam projetos para 2026

A semana fechou com um acordo político-eleitoral entre o PSB e o Cidadania. Depois da paquera e namoro, saiu o noivado. O compromisso será firmado em 2026, com uma federação. Os dois partidos reúnem, no DF, dois ex-governadores — Cristovam Buarque (Cidadania) e Rodrigo Rollemberg (PSB) — que também foram senadores. Os dois agora pretendem disputar mandatos de deputados federais. O candidato do grupo ao Palácio do Buriiti é Ricardo Cappelli, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O ex-secretário de Desenvolvimento Econômico Valdir Oliveira é o coringa das eleições. Pode entrar em qualquer posição.



Instagram



Instagram

Festa

Rodrigo Rollemberg comemorou, com samba e cerveja, seu mandato de deputado federal, conquistado depois de muita luta no STF. Amigos, aliados e familiares participaram, ontem, da festa.



MANDOU BEM

A semana foi de conquistas para as mulheres. O Senado aprovou a indicação da procuradora Maria Marluce Caldas, para o STJ, e da advogada Verônica Abdalla Sterman, para o Superior Tribunal Militar (STM).

Pressa para entrar em vigor

Relator do Projeto de Lei Complementar que institui o novo Código Eleitoral, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) pretende levar seu texto à votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na quarta-feira, a partir das 9h. O projeto precisa ser sancionado e estar em vigor até 3 de outubro deste ano para que possa ser aplicado nas eleições de 2026.

Roque de Sá/Agência Senado



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR

O ministro Alexandre de Moraes será vice-presidente no biênio 2025-2027, como será o magistrado na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) entre 2027-2029, primeiro e segundo anos do próximo mandato no Palácio do Planalto e dos próximos congressistas, muitos dos quais serão eleitos para enfrentá-lo?

Política e meio ambiente

O PP-DF, partido da vice-governadora Celina Leão, promoveu, ontem, o projeto +Pet do PP, na Prainha do Lago Paranoá. Foi promovida limpeza do lago com mergulhadores, adoção de pets, doação de mudas e atividades educativas. A ação rendeu 50 novas filiações e reforça o compromisso do partido com o meio ambiente.



Instagram



MANDOU MAL

Um servidor do gabinete do senador Izalci Lucas (PL-DF) foi preso pela Polícia Civil do DF, flagrado em indícios de tráfico de drogas. Ele estava sendo monitorado e teria sido flagrado vendendo drogas no Setor Hoteleiro Norte.



ENQUANTO ISSO.. NA SALA DE JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Legislativa realiza audiência pública, na manhã da próxima terça-feira, para sabatinar Márcio Wanderley de Azevedo, indicado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) ao cargo de Procurador-Geral do Distrito Federal. O relator do processo será o presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni (PL). Também são membros da comissão os deputados Chico Vigilante (PT), Fábio Felix (PSOL), Iolando (MDB) e Robério Negreiros (PSD).

"O Brasil tem sido um péssimo parceiro comercial em termos de tarifas. Como vocês sabem, eles nos cobram tarifas enormes, muito maiores do que as que cobramos, e basicamente nem estávamos cobrando nada"

Presidente Donald Trump



Mandel Ngan/AFP

"Ele (Trump) resolveu contar algumas mentiras sobre o Brasil. E nós estamos desmentindo. Ele disse que tinha prejuízo no comércio com o Brasil. Ele só tem lucro"

Presidente Lula



Ricardo Stuckert / PR



Por que os casos de feminicídio têm aumentado no país?

O aumento dos casos está relacionado a fatores culturais profundos e não à ausência de leis. Mesmo com o endurecimento das punições, a violência persiste, o que evidencia que o problema é mais complexo. Homens ainda são socializados em um modelo que associa controle e dominação aos relacionamentos. Mulheres, por outro lado, muitas vezes aprendem a relativizar o abuso e a romantizar relações desequilibradas. É a cultura da posse, da dependência emocional e da ausência de limites que alimenta a violência doméstica. O direito intervém depois, quando já falhamos na educação emocional e na construção de vínculos saudáveis.

A campanha Agosto Lilás contribui para o enfrentamento da violência contra a mulher?

A campanha tem um papel importante no aspecto educativo e simbólico. Ajuda a dar nome a comportamentos abusivos que, historicamente, foram naturalizados dentro dos relacionamentos. Ao promover informação e diálogo, o Agosto Lilás funciona como alerta e ferramenta de conscientização. É uma iniciativa que não resolve o problema sozinha, mas ajuda a formar uma nova cultura onde a mulher

reconhece a violência desde os primeiros sinais, e onde o agressor também passa a entender que o afeto não se constrói com controle ou imposição.

Quais são os diferentes tipos de violência abordados pela campanha Agosto Lilás?

A campanha aborda as cinco formas de violência previstas na Lei Maria da Penha: física, que envolve agressões corporais; psicológica, presente em insultos, humilhações, ameaças e isolamento; sexual, que trata da imposição de atos sem consentimento; moral, com calúnias, difamações e injúrias; e patrimonial, que envolve destruição, retenção ou controle de bens e recursos.

Como funcionam as medidas protetivas concedidas às vítimas de violência doméstica?

Medidas protetivas são ordens judiciais urgentes que buscam garantir o afastamento do agressor e proteger a integridade da vítima. Elas podem proibir o contato, exigir o afastamento do lar do agressor e até impedir que ele tenha contato com familiares da vítima. Esse impedimento de contato é tanto físico quanto remoto, como ligação, redes sociais e WhatsApp. Funcionam como um freio inicial e, em muitos casos, especialmente nos de violência

À QUEIMA-ROUPA

FERNANDO FÉLIX, advogado especialista em direito de família e sucessões, membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM)

Divulgação



"Homens ainda são socializados em um modelo que associa controle e dominação aos relacionamentos. Mulheres, por outro lado, muitas vezes aprendem a relativizar o abuso e a romantizar relações desequilibradas"

psicológica ou conflitos familiares em estágio inicial, têm boa eficácia. Contudo, é importante dizer com honestidade: nos casos em que o agressor já está decidido a cometer um ato violento grave, a medida protetiva, por si só, não é suficiente para impedir. A realidade mostra que, quando a violência já evoluiu para o nível físico intenso ou ameaça de morte, medidas judiciais acabam sendo descumpridas com frequência, muitas vezes com trágicas consequências. A medida tem valor jurídico e simbólico, mas sua eficácia depende do estágio da violência e da disposição do agressor em respeitar a ordem. Por isso, a prevenção continua sendo o principal caminho.

O que fazer para ajudar mulheres em situação de risco?

O canal 180 é uma via segura e acessível para que a mulher possa pedir ajuda, receber orientação jurídica e emocional e ser encaminhada a serviços especializados. Funciona 24 horas por dia, de forma sigilosa e gratuita. Sua divulgação é fundamental para ampliar o alcance da informação, especialmente nos casos em que a vítima ainda não tem apoio da família ou sente medo de procurar uma delegacia. Embora não resolva o problema sozinho, o 180 é um importante ponto de partida para romper o silêncio.

Como o conjunto da sociedade pode atuar na prevenção e combate à violência contra a mulher?

A sociedade tem papel essencial e intransferível. Prevenir a violência começa muito antes do ato agressivo, começa na forma como criamos os meninos e educamos as meninas. Significa ensinar sobre respeito, limites, afetividade e responsabilidade emocional. Também passa por não silenciar diante de sinais, apoiar mulheres que buscam sair de relacionamentos abusivos e cobrar das instituições ações concretas. O combate à violência não se faz só com o direito, mas com um pacto coletivo de mudança cultural.

A quem recorrer e quais são os primeiros passos que uma vítima pode tomar ao sofrer algum tipo de agressão?

A vítima pode procurar uma Delegacia da Mulher, acionar o canal 180 ou buscar apoio em centros de referência. O registro da ocorrência e a solicitação de medida protetiva são os passos iniciais. Quando possível, é importante reunir provas (mensagens, áudios, testemunhas). Mas, mesmo sem prova, a palavra da vítima tem valor jurídico. Além da via legal, o apoio psicológico e a construção de uma rede segura de suporte são fundamentais para que a vítima consiga sair da situação de forma estruturada e definitiva.